

Economia Azul e o Desenvolvimento Regional nos Municípios Costeiros do Estado da Bahia

Blue Economy and Regional Development in the Coastal Municipalities of the State of Bahia

Nikolas Sofoulis Cinnanti

Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil

GT 07 - Desenvolvimento rural, territorial e regional.

Resumo: A Economia Azul, entendida como o conjunto de atividades econômicas relacionadas ao uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros, tem ganhado destaque como estratégia de geração de emprego, renda e promoção do desenvolvimento sustentável. Este estudo analisa sua importância para os municípios costeiros da Bahia, utilizando como teorias centrais a base econômica e o desenvolvimento local endógeno. Utilizando metodologia quantitativa e indicadores de desenvolvimento regional, Quociente Locacional, Participação Relativa e efeitos multiplicadores, com dados da RAIS 2023 e CNAE 2.0 das atividades ligadas a Economia Azul. Identificou-se forte especialização produtiva em Cairu, Mata de São João, Porto Seguro, Maraú e Itacaré. Já Simões Filho, Camaçari e Salvador apresentaram maior capacidade multiplicadora. Os resultados evidenciam o papel estratégico da Economia Azul na diversificação produtiva e no dinamismo regional, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas e sustentáveis.

Palavras-chave: Economia Azul, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Brasil.

Abstract: The Blue Economy, understood as the set of economic activities related to the sustainable use of marine and coastal resources, has gained prominence as a strategy for job creation, income generation, and the promotion of sustainable development. This study analyzes its importance for the coastal municipalities of Bahia, based on the theory of economic base and endogenous local development. A quantitative methodology was applied, using regional development indicators such as Location Quotient, Relative Participation, and employment multipliers, with data from RAIS 2023 and CNAE 2.0 for Blue Economy-related activities. The results revealed strong productive specialization in Cairu, Mata de São João, Porto Seguro, Maraú, and Itacaré, while Simões Filho, Camaçari, and Salvador showed greater multiplier effects. These findings highlight the strategic role of the Blue Economy in productive diversification and regional dynamism, reinforcing the need for integrated and sustainable public policies.

Keywords: Blue Economy, Regional Development, Sustainable Development, Brazil.

1.Introdução

O oceano tem se consolidado como um elemento central para o desenvolvimento econômico, social e ambiental contemporâneo, não apenas em função da navegação e do comércio marítimo, mas também pela exploração sustentável de seus recursos naturais. Considerando sua abrangência planetária e seu papel essencial para a manutenção da vida, torna-se imperativo que as atividades humanas relacionadas aos ambientes marinhos sejam orientadas por princípios de sustentabilidade e pela capacidade de regeneração dos ecossistemas (ANDRADE, 2024).

Nesse contexto, o conceito de Economia Azul tem ganhado destaque nas agendas internacionais de desenvolvimento. De acordo com o United Nations Department of Economic and Social Affairs (2017), a Economia Azul refere-se ao conjunto de atividades econômicas associadas aos oceanos e às zonas costeiras que buscam conciliar crescimento econômico, geração de empregos e conservação ambiental. Estimativas globais indicam que esse conjunto de atividades movimenta cerca de US\$ 24 trilhões em riqueza marinha, evidenciando sua relevância para a economia mundial (WWF, 2015). Complementarmente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016) define a Economia Azul como a soma das indústrias diretamente ligadas ao oceano e dos serviços ecossistêmicos fornecidos pelos ambientes marinhos.

No Brasil, a chamada economia do mar apresenta elevada importância estratégica. Segundo dados da Marinha do Brasil (2024), as atividades relacionadas ao ambiente marítimo representam aproximadamente 29% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, abrangendo setores como petróleo e gás, pesca, transporte marítimo, turismo costeiro e logística portuária. Esses setores desempenham papel fundamental na geração de emprego, renda e dinamismo econômico, especialmente nas regiões litorâneas.

Entre os estados brasileiros, a Bahia destaca-se nesse cenário devido à extensão de seu litoral e à diversidade de atividades econômicas vinculadas ao ambiente marinho. Com aproximadamente 1.183 km de costa e 46 municípios costeiros, o estado apresenta elevado potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesca, aquicultura, turismo, energia offshore e logística portuária. Estimativas indicam que a Economia Azul movimenta cerca de R\$ 80 bilhões por ano na Bahia, constituindo um importante vetor de dinamização econômica regional (ABI, 2025).

Apesar da crescente relevância econômica dessas atividades, ainda existem desafios significativos associados ao desenvolvimento das regiões costeiras, como desigualdades territoriais, limitações de infraestrutura e conflitos entre diferentes usos do espaço marítimo e costeiro (BNDES, 2022). Além disso, os impactos econômicos indiretos das atividades associadas à Economia Azul sobre as economias locais ainda são pouco explorados na literatura, especialmente em análises empíricas que considerem a estrutura produtiva regional.

Nesse sentido, embora existam estudos que abordem a Economia Azul sob perspectivas ambientais, institucionais ou de políticas públicas, observa-se uma lacuna em pesquisas que analisem, de forma quantitativa, a contribuição dessas atividades para o desenvolvimento

regional, especialmente em nível municipal. Em particular, ainda são escassos os trabalhos que utilizam indicadores de especialização produtiva e efeitos multiplicadores para avaliar o papel da Economia Azul na dinâmica econômica dos municípios costeiros brasileiros.

Diante dessa lacuna, torna-se relevante investigar em que medida as atividades associadas à Economia Azul contribuem para a estrutura produtiva e para o dinamismo econômico das regiões costeiras. A compreensão desses padrões de especialização e de seus efeitos multiplicadores pode fornecer subsídios importantes para a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a importância da Economia Azul para o desenvolvimento regional dos municípios costeiros do estado da Bahia. Para isso, são utilizados indicadores de desenvolvimento regional, como o Quociente Locacional (QL), a Participação Relativa (PR) e os efeitos multiplicadores de emprego, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023 e na classificação das atividades econômicas da CNAE 2.0.

2. Referencial Teórico

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o conceito e a importância econômica da Economia Azul, com foco no contexto brasileiro e, em especial, no Estado da Bahia. Na sequência, serão abordadas as principais teorias do Desenvolvimento Regional, que oferecem subsídios teóricos para compreender as dinâmicas territoriais. Serão também explorados os Indicadores de Desenvolvimento Regional, com destaque para o Quociente Locacional (QL) e a Participação Relativa (PR), instrumentos analíticos que permitem mensurar a especialização produtiva e a competitividade de determinadas regiões. Por fim, serão discutidos os efeitos multiplicadores dessas atividades evidenciando o papel da Economia Azul como vetor de transformação territorial e desenvolvimento sustentável.

2.1 Economia azul no Brasil: conceito e importância econômica

A Economia Azul configura-se como um modelo de desenvolvimento econômico que visa à utilização sustentável dos recursos hídricos dos oceanos, mares, rios e lagos, promovendo simultaneamente a geração de riqueza, a inclusão social e a preservação ambiental. Diferentemente da economia tradicional, centrada em práticas extrativistas, a Economia Azul estimula abordagens inovadoras e regenerativas, abrangendo setores como pesca, turismo,

transporte marítimo, biotecnologia marinha, energias renováveis (eólica e solar offshore) e a proteção de ecossistemas costeiros e aquáticos.

Segundo Andrade et al. (2024), a expressão “Economia Azul” refere-se às atividades humanas realizadas no oceano, as quais influenciam inclusive as relações entre os Estados, aspecto que tem ganhado relevância nas agendas políticas e sociais contemporâneas. Entre os setores que compõem esse modelo, destacam-se: defesa e segurança internacional; pesca e aquicultura; energias offshore; mineração do fundo do mar; transporte, infraestrutura e logística marítimas; construção e reparação naval; turismo, esporte e lazer; meio ambiente e clima.

A Economia Azul vem sendo reconhecida como um pilar estratégico para o enfrentamento de desafios globais, como a crise climática, a insegurança alimentar e a escassez de recursos naturais, ao mesmo tempo em que promove o crescimento econômico. De acordo com o BNDES (2022), o valor estimado dos bens e serviços vinculados à economia oceânica global alcança trilhões de dólares anualmente, evidenciando seu potencial transformador no contexto socioeconômico mundial.

O litoral brasileiro possui uma extensão de 7.367 km, chegando a mais de 8.500 km quando considerados os recortes litorâneos. Essa faixa costeira abriga 13 capitais e mais de 30 milhões de habitantes, além de concentrar 25 dos principais portos do país. O espaço marítimo nacional é de grande relevância para a economia, para a pesquisa científica, para a geração de empregos, para a exploração de recursos naturais e para as rotas comerciais (IBGE, 2011)

A Bahia, localizada na região Nordeste, destaca-se como um dos estados mais estratégicos para o desenvolvimento da Economia Azul. Detentora do maior litoral do país com 1.183 km de costa e 46 municípios costeiros, a Bahia apresenta uma diversidade geográfica, econômica e cultural que favorece iniciativas integradas e inovadoras nesse campo. Segundo estimativas do Worldwatch Institut (WWI, 2017), as atividades relacionadas à Economia Azul movimentam aproximadamente R\$ 80 bilhões por ano no estado.

A economia costeira baiana é caracterizada por sua diversidade, com destaque para os setores de pesca e aquicultura, turismo, energia offshore, petróleo e gás. A Bahia figura entre os principais produtores nacionais de peixes e frutos do mar, além de atrair milhões de turistas anualmente, especialmente para destinos como Porto Seguro, Itacaré e Morro de São Paulo, bem como para o patrimônio histórico e cultural de Salvador. Ademais, a costa baiana apresenta elevado potencial para a exploração de energia eólica e solar, com projetos em

desenvolvimento, sendo as áreas da Baía de Todos os Santos e o litoral sul do estado consideradas estratégicas para a exploração offshore de petróleo e gás.

2.2 Teorias do desenvolvimento regional

O desenvolvimento é um tema central na ciência econômica, abordado desde os economistas clássicos, que o associavam à riqueza, produção, crescimento e progresso. Até meados do século XX, predominava o modelo clássico de crescimento, que considerava o desenvolvimento regional como uma extensão do desenvolvimento nacional, baseado no livre movimento dos fatores produtivos entre regiões. A partir da década de 1950, surgiram análises específicas sobre os problemas regionais, divididas em duas vertentes principais: as Teorias Clássicas de Localização e as Teorias de Desenvolvimento Regional.

As Teorias Clássicas de Localização, baseadas em autores como von Thünen, Weber, Christaller e Lösch, explicam a distribuição espacial das atividades econômicas com foco na minimização de custos e na organização territorial. Von Thünen destacou o papel do transporte na agricultura; Weber, a localização industrial eficiente; Christaller, a hierarquia urbana; e Lösch, o equilíbrio entre produção e consumo. Essas ideias fundamentaram a Ciência Regional proposta por Walter Isard (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002).

Enquanto as teorias clássicas de localização, como as de Weber, Christaller e Lösch, oferecem fundamentos espaciais e técnicos para compreender a distribuição das atividades econômicas ao longo do litoral, considerando fatores como custos de transporte, hierarquia urbana e organização dos mercados, as teorias de desenvolvimento regional ampliam esse olhar ao incorporar aspectos sociais, históricos e institucionais que influenciam o crescimento desigual entre regiões

As Teorias de Desenvolvimento Regional, influenciadas pelo pensamento keynesiano, concentram-se na análise macroeconômica e propõem que uma atividade econômica central pode impulsionar o crescimento de outros setores. Esse modelo é conhecido como “de cima para baixo” ou “centro-periferia”, pois o desenvolvimento ocorre a partir de uma força externa que se estabelece na região. Os principais modelos dessa abordagem incluem: a Teoria da Base de Exportação, a Causação Circular Cumulativa, o Desenvolvimento Desigual e a Transmissão Inter-regional do Crescimento, e o Modelo dos Polos de Crescimento.

A Teoria da Base de Exportação postula que a produção e o emprego de uma região dependem das atividades voltadas à exportação, determinadas pela demanda externa e pelas

vantagens comparativas locais. A economia urbana é dividida em setores endógeno (local) e exógeno (externo). O rendimento do setor exógeno é influenciado por fatores externos não controlados pela comunidade, e, uma vez que os recursos ingressam na região, geram demanda local, ampliando o setor endógeno (POLÈSE, 1998).

O modelo de Causação Circular Cumulativa, proposto por Gunnar Myrdal, utiliza a ideia de ciclos viciosos ou virtuosos para demonstrar como os processos de desenvolvimento se retroalimentam. Myrdal (1972) argumenta que um centro econômico cresce a partir de um evento histórico positivo, gerando um processo contínuo de expansão que pode marginalizar outras regiões. Fatores externos continuam a influenciar o sistema, justificando a intervenção estatal para mitigar desigualdades regionais. O autor também afirma que as disparidades regionais tendem a se intensificar em países menos desenvolvidos, enquanto os efeitos de dinamização são mais pronunciados em nações com maior nível de desenvolvimento (LIMA; SIMÕES, 2010).

O modelo de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, de Albert Hirschman, analisa como o desenvolvimento econômico se dissemina entre regiões, enfatizando que a capacidade de investimento, dependente da inovação e do empreendedorismo local, é essencial para o progresso regional (LIMA; SIMÕES, 2010).

Por fim, o modelo dos Polos de Crescimento, formulado por François Perroux e Jacques R. Boudeville, descreve como uma indústria motriz se desenvolve mais rapidamente que outras, atraindo novas empresas e criando uma dinâmica econômica regional. Essa dinâmica é fundamental para o crescimento, gerando novas atividades e serviços para a população local (SILVA, 2004).

Dentre os modelos analisados, a teoria que melhor representa a abordagem adotada neste estudo é a Teoria da Base Econômica, formulada por North (1955). Essa teoria parte do pressuposto de que o crescimento regional é impulsionado por atividades econômicas voltadas à exportação (ou não locais), que geram efeitos multiplicadores sobre os setores voltados ao consumo interno. No caso dos municípios costeiros da Bahia, as atividades da Economia Azul como pesca, aquicultura, turismo litorâneo e transporte aquaviário. funcionam como bases produtivas exportadoras, capazes de dinamizar a economia local ao atrair renda externa e gerar encadeamentos produtivos com setores como comércio, serviços e infraestrutura.

Contudo, além da lógica exógena da base exportadora, este estudo também incorpora elementos da abordagem de Desenvolvimento Local Endógeno, conforme autores como Boisier

(2001) e Vázquez-Barquero (2000). O desenvolvimento endógeno enfatiza o papel dos recursos locais, naturais, culturais, institucionais e humanos, como motores da transformação econômica, priorizando estratégias baseadas na valorização do território e na mobilização dos atores locais.

No litoral baiano, observa-se a emergência dessa dinâmica em municípios que conseguem mobilizar seus recursos naturais, culturais e humanos, transformando potencialidades em estratégias inovadoras de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e diversificação produtiva. Essa abordagem é especialmente relevante para setores como o turismo costeiro e o lazer, que exploram diretamente o patrimônio natural e sociocultural das comunidades litorâneas, gerando empregos, inclusão social e identidade territorial.

2.3 Indicadores de desenvolvimento regional

Nas investigações sobre desenvolvimento regional, a utilização de indicadores visa quantificar uma determinada concepção de desenvolvimento. No entanto, uma variável econômica ou social só pode ser considerada um indicador quando reflete aspectos relevantes dessa concepção. Assim, a questão central não reside apenas na forma de mensuração, mas na pertinência do que está sendo mensurado em relação ao processo de desenvolvimento em análise (NOHLEN; NUSCHELER, 1993).

Os indicadores de desenvolvimento podem ser classificados conforme o tipo de informação que fornecem e sua capacidade de representar tecnicamente os objetivos do desenvolvimento. Segundo o Unrisd (1984), existem três categorias principais: os indicadores per capita, que expressam médias estatísticas obtidas pela divisão de medidas agregadas pela população estimada, com caráter predominantemente econômico e desconsiderando a distribuição entre classes sociais; os indicadores percentuais, que demonstram proporções relativas entre grupos sociais em relação a determinados aspectos; e os indicadores estruturais, que também se expressam em porcentagens, mas não representam metas ideais de desenvolvimento, servindo apenas para revelar a configuração estrutural de determinado fenômeno.

A escolha dos indicadores de desenvolvimento regional constitui uma etapa decisiva na definição metodológica de qualquer análise territorial, pois influencia diretamente as conclusões sobre desigualdades, vocações produtivas e dinâmicas locais. Como destaca Lima (2006), não existe um indicador único e absoluto capaz de refletir a totalidade dos processos de desenvolvimento regional. Ao contrário, é necessária uma abordagem multifacetada, que

contemple tanto variáveis quantitativas quanto estruturais, a fim de captar as especificidades territoriais. Nesse sentido, Coutinho (2013) apresenta uma sistematização crítica dos principais indicadores utilizados em estudos regionais, entre os quais se destacam: o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a densidade empresarial, a taxa de emprego formal, a especialização produtiva e o grau de diversificação econômica.

No presente estudo, optou-se por utilizar como indicador central o Quociente Locacional (QL), dada sua capacidade de mensurar o grau de especialização de um município em determinada atividade econômica, em comparação à média estadual. Essa escolha se justifica por dois fatores principais: (i) o alinhamento teórico com a Teoria da Base Econômica de Douglas North, que pressupõe que atividades exportadoras dinamizam os demais setores da economia local; e (ii) a adequação do QL para captar vocações produtivas associadas à Economia Azul, considerando que esse setor é espacialmente concentrado e depende de atributos naturais específicos, como acesso à costa, infraestrutura portuária e ecossistemas marinhos.

Complementarmente, são utilizados indicadores estruturais, como a densidade do emprego formal nos setores vinculados à Economia Azul e a participação relativa dessa economia na estrutura produtiva local. Essa abordagem permite ampliar a análise para além da comparação setorial pura, buscando não apenas identificar a especialização dos municípios costeiros baianos, mas também compreender em que medida a Economia Azul contribui para o fortalecimento regional e para a articulação de cadeias produtivas sustentáveis.

3. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, baseada em dados secundários, com o objetivo de analisar padrões de especialização produtiva, participação relativa e efeitos multiplicadores da Economia Azul nos municípios costeiros da Bahia. A estratégia é pertinente por permitir a mensuração territorializada das vocações econômicas locais e das desigualdades espaciais (GIL, 2008; MARCONI; LAKATOS, 2011).

3.1 Quociente locacional (QL)

O método do Quociente Locacional (QL) é amplamente utilizado na área da Economia Regional como uma primeira aproximação para identificar a aglomeração produtiva de

determinada atividade em uma região, em comparação ao nível nacional. Conforme Miller e Blair (2009), o QL de um setor i na região r é definido pela seguinte equação:

$$QL_{i\ r} = \frac{X_{i\ r} / X_r}{X_{i\ g} / X_g} \quad (1)$$

Onde: $X_{i\ r}$ denota os valores do emprego da região r no setor i ; X_r é o valor do emprego total da região r ; $X_{i\ g}$ representa os valores do emprego nacional no setor i e, por fim, X_g mensura os valores de emprego total no nível nacional. O QL busca comparar a proporção de empregos em determinado setor em uma região específica com a proporção desse mesmo setor na região de referência. Quando o valor do QL é superior a 1, considera-se que a região possui uma especialização produtiva naquele setor em relação à média da região de referência.

No presente estudo, a região r corresponde aos municípios costeiros do estado da Bahia, enquanto a região g refere-se ao próprio estado da Bahia como unidade de comparação. Dada a diversidade de atividades econômicas relacionadas ao mar, a estimação do QL municipal será realizada com base nos dados de emprego formal, por serem mais precisos e disponíveis em escala local.

3.2 Participação relativa (PR) e efeitos multiplicadores

A segunda etapa do método de análise foi calcular o nível de emprego das atividades ligadas à Economia Azul e o emprego não ligado à Economia Azul na região.

O emprego das atividades ligadas à Economia Azul da região (E_b) é representado pela seguinte formulação:

$$E_b = E_{ij} - E_i * (E_j / E) \quad (2)$$

O emprego não ligado a atividades produtivas da economia azul (E_{nb}) é encontrado pela diferença entre o emprego total da região j menos o emprego ligado às atividades produtivas ligadas a economia azul (E_b). Logo, o emprego total (E_t) de uma região equivale ao somatório do emprego das atividades ligadas a economia azul e os não ligados, conforme ilustrado na equação 3.

$$E_t = E_b + E_{nb} \quad (3)$$

Para analisar a capacidade de geração de emprego da Bahia, estimou-se o multiplicador do emprego, a partir da razão entre emprego não ligado às atividades produtivas da economia azul e o emprego total do estado:

$$\alpha = E_{nb} / E_t \quad (4)$$

$$E_{nb} = \alpha E_t \quad (5)$$

Substituindo na equação (5) a equação (3), obtemos as seguintes fórmulas:

$$E_t = E_b + \alpha E_t \quad (6)$$

$$E_b = (1 - \alpha) E_t \quad (7)$$

$$E_t = E_b \cdot 1/(1 - \alpha) \quad (8)$$

A interpretação do multiplicador de emprego, $1/(1 - \alpha)$, demonstra quantos empregos seriam gerados nas atividades não ligadas à economia azul, a partir da criação de uma unidade de emprego nas atividades ligadas à economia azul. Portanto, quanto maior for esse multiplicador, melhor será para o desenvolvimento da região, diante da capacidade de geração de empregos.

3.3 Bases de dados

Foram analisados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referentes ao ano de 2023, abrangendo os 46 municípios costeiros do estado da Bahia, conforme delimitação estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente. Os municípios considerados na análise são: Jandaíra, Conde, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Itanagra, Mata de São João, Camaçari, Dias D'Ávila, Candeias, Simões Filho, Lauro de Freitas, Salvador, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Maragogipe, Saubara, Salinas da Margarida, Itaparica, Vera Cruz, Jaguaripe, Aratuípe, Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras, Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri.

A classificação das atividades econômicas seguiu a versão 2.0 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), permitindo a identificação dos setores e atividades vinculados direta ou indiretamente à Economia Azul. Essa categorização foi fundamental para delimitar o escopo da análise, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Atividades relacionadas a Economia Azul de acordo com a classificação CNAE

2.0.

Setor	Atividade	Código CNAE
Pesca e Aquicultura	Pesca em água salgada	03.11-6
	Pesca em água doce	03.12-4
	Aquicultura em água salgada e salobra	03.21-3
	Aquicultura em água doce	03.22-1
	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	10.20-1
Extração de Energia	Extração de petróleo e gás natural	06.00-0
	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	09.10-6
	Atividades de apoio à extração de minerais exceto petróleo e gás natural	09.90-4
	Extração de pedra, areia e argila	08.10-0
	Extração e refino de sal marinho e sal-gema	08.92-4
	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	08.93-2
Manufatura	Fabricação de máquinas e equipamentos para prospecção e extração de petróleo	28.51-8
	Construção de embarcações e estruturas flutuantes	30.11-3
	Construção de embarcações para esporte e lazer	30.12-1
	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	32.30-2
	Manutenção e reparação de embarcações	33.17-1
	Incorporação de empreendimentos imobiliários	41.10-7
	Obras portuárias marinhas e fluviais	42.91-0
Transporte e Logística	Transporte marítimo de cabotagem	50.11-4
	Transporte marítimo de longo curso	50.12-2
	Transporte por navegação interior de carga	50.21-1
	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	50.22-0
	Navegação de apoio	50.30-1

	Transporte por navegação de travessia	50.91-8
	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	50.99-6
	Gestão de portos e terminais	52.31-1
	Atividades de agenciamento marítimo	52.32-0
	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	52.39-7
Serviços	Hotéis e similares	55.10-8
	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	55.90-6
	Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	56.11-2
	Serviços ambulantes de alimentação	56.12-1
	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	68.10-2
	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	68.21-8
	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	77.21-7
	Agências de viagens	79.11-2
	Operadores turísticos	79.12-1
	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	79.90-2
	Atividades de recreação e lazer não especificadas	93.29-8
	Gestão de instalações de esportes	93.11-5
	Clubes sociais, esportivos e similares	93.12-3
Defesa	Defesa	84.22-1

Fonte: A classificação das atividades da Economia Azul utilizada neste estudo baseia-se na proposta de Carvalho (2018), posteriormente adaptada por Freitas et al. (2022)

Com base nesse recorte, foi elaborada uma tabela analítica que sistematiza os setores representativos da Economia Azul, utilizada para os cálculos de QL, PR e multiplicadores. Esse mapeamento constitui um instrumento inédito para avaliar a relevância comparativa da Economia Azul na estrutura produtiva dos municípios baianos.

4 Análise de Resultados

A aplicação dos indicadores Quociente Locacional (QL) e Participação Relativa (PR) permitiu identificar padrões distintos de especialização produtiva entre os municípios costeiros do estado da Bahia. Destacam-se, nesse contexto, os municípios de Cairu, Mata de São João,

Porto Seguro, Marau e Itacaré, que apresentaram valores elevados de QL e PR, evidenciando forte vocação para atividades vinculadas à Economia Azul, com destaque para a pesca artesanal, o turismo costeiro e os serviços logísticos marítimos.

A Tabelas 2 apresenta, em ordem decrescente, os municípios baianos com maior destaque no QL, considerando exclusivamente aqueles que registraram QL superior a 1. Segundo Pominova, Gabe e Crawley (2021), valores de QL iguais ou superiores a 1 indicam especialização setorial, sendo este o critério técnico adotado para delimitar os municípios com concentração produtiva relevante.

Tabela 2 – Quociente locacional para os costeiros do estado da Bahia.

Municípios	Quociente Locacional
Cairu	15,84060938
Mata De São João	13,66503764
Porto Seguro	11,04035998
Marau	9,919919527
Itacaré	8,754122624
Una	6,205060079
Santa Cruz Cabrália	5,694965224
Alcobaça	3,49475664
Uruçuca	3,413748594
Prado	3,259910726
Ilhéus	2,86655286
Salinas Da Margarida	2,451382632
Entre Rios	2,351430933
Jandaíra	2,243718948
Canavieiras	1,83820395
Valença	1,730213541
Itaparica	1,713099368
Maragogipe	1,682545128
Vera Cruz	1,655383745
Salvador	1,605663826

Jaguaripe	1,60123157
Belmonte	1,426388323
Nova Viçosa	1,204611121
Conde	1,110922731
Camaçari	1,081019463
Madre De Deus	1,077974701
Simões Filho	1,001268885

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da RAIS (2023)

Já o valor de corte para o PR foi definido empiricamente, com base em estudos regionais que utilizam o limiar de 0,05 como parâmetro prático para identificar municípios com participação econômica significativa em determinado setor. Essa abordagem permite filtrar os territórios com presença expressiva nas atividades da Economia Azul, contribuindo para uma análise mais precisa da estrutura produtiva regional (Tabela 3).

Tabela 3 – Participação Relativa da economia azul nos municípios costeiros da Bahia

Municípios	Participação Relativa
Cairu	0,51673
Mata De São João	0,445762
Porto Seguro	0,360143
Marau	0,323594
Itacaré	0,285565
Una	0,202413
Santa Cruz Cabrália	0,185773
Albacoça	0,114001
Uruçuca	0,111359
Prado	0,10634
Ilhéus	0,093509
Salinas Da Margarida	0,079966
Entre Rios	0,076705
Jandaíra	0,073191
Canavieiras	0,059963

Valença	0,056441
Itaparica	0,055882
Maragogipe	0,054886
Vera Cruz	0,054
Salvador	0,052378
Jaguaripe	0,052233

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da RAIS (2023)

Por outro lado, municípios como Salvador, Camaçari e Simões Filho, embora apresentem menor grau de especialização produtiva nos setores da Economia Azul, demonstraram elevado efeito multiplicador, evidenciando maior capacidade de articulação com cadeias produtivas diversificadas. Salvador concentrou o maior volume absoluto de empregos formais vinculados à Economia Azul, enquanto Simões Filho e Camaçari apresentaram multiplicadores superiores, associados à presença de infraestrutura logística e industrial consolidada, conforme demonstrado na Tabela 4. Cabe destacar que foram considerados apenas os municípios com emprego básico positivo ($E_{bi} > 0$).

Tabela 4 – Efeito multiplicador dos municípios costeiros.

Municípios	Efeito Multiplicador
Aratuípe	38,32
Cachoeira	36,25
Simões Filho	30,62
Madre De Deus	28,44
Camaçari	28,36
Conde	27,59
Nova Vicososa	25,45
Belmonte	21,49
Jaguaripe	19,14
Salvador	19,09
Vera Cruz	18,52
Maragogipe	18,22

Itaparica	17,89
Valença	17,72
Canavieiras	16,68
Jandaíra	13,66
Entre Rios	13,04
Salinas Da Margarida	12,51
Ilhéus	10,70
Prado	9,4
Uruçuca	8,98
Alcobaça	8,77
Santa Cruz Cabrália	5,38
Una	4,94
Itacaré	3,5
Marau	3,09
Porto Seguro	2,78
Mata de São João	2,24
Cairu	1,94

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da RAIS (2023)

Os resultados também revelaram limitações metodológicas importantes. Municípios de pequeno porte, como Aratuípe e Cachoeira, entre outros, apresentaram altos valores estatísticos de efeito multiplicador, porém sem correspondência real com o dinamismo econômico local. Tal discrepância reforça a necessidade de uma análise crítica desse indicador, que deve ser interpretado em conjunto com outros parâmetros e com as especificidades territoriais de cada município. A articulação entre os indicadores quantitativos e as características socioeconômicas locais é fundamental para evitar distorções na leitura da realidade regional e para garantir maior precisão na identificação de vocações produtivas e potenciais de desenvolvimento.

Por fim, a análise integrada dos indicadores Quociente Locacional (QL), Participação Relativa (PR) e efeitos multiplicadores evidencia que a Economia Azul constitui um vetor estratégico para o desenvolvimento regional dos municípios costeiros da Bahia.

No entanto, conforme argumentam Boisier (2001) e Vázquez-Barquero (2000), os impactos dessa especialização produtiva variam significativamente em função da capacidade local de transformar vantagens econômicas em benefícios socioeconômicos concretos. Essa transformação depende da articulação entre os recursos endógenos naturais, humanos, institucionais e culturais e a mobilização dos atores locais, alinhando-se ao paradigma do desenvolvimento endógeno. Assim, a Economia Azul não apenas revela vocações produtivas específicas, mas também exige estratégias territoriais que promovam inclusão, sustentabilidade e dinamização econômica a partir das potencialidades locais.

5 Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da Economia Azul para o desenvolvimento regional dos municípios costeiros do estado da Bahia, utilizando indicadores de especialização produtiva e de efeitos multiplicadores baseados em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023. A partir da aplicação do Quociente Locacional (QL), da Participação Relativa (PR) e do multiplicador de emprego, foi possível identificar padrões diferenciados de inserção das atividades associadas à Economia Azul na estrutura produtiva desses municípios.

Os resultados evidenciaram elevados níveis de especialização produtiva em municípios como Cairu, Mata de São João, Porto Seguro, Marau e Itacaré, indicando que atividades relacionadas ao turismo costeiro, à pesca e aos serviços associados ao ambiente marinho desempenham papel central na dinâmica econômica dessas localidades. Sob a perspectiva da Teoria da Base Econômica, tais atividades podem ser interpretadas como setores básicos ou exportadores, responsáveis pela geração de renda externa e pela dinamização dos setores econômicos voltados ao mercado interno.

Por outro lado, municípios como Salvador, Camaçari e Simões Filho apresentaram maior capacidade multiplicadora, ainda que com níveis relativamente menores de especialização nas atividades da Economia Azul. Esse resultado sugere que economias locais mais diversificadas tendem a apresentar maior capacidade de absorver e difundir os efeitos indiretos das atividades básicas, reforçando a importância da estrutura produtiva e da infraestrutura econômica para potencializar os impactos regionais dessas atividades.

A análise integrada dos indicadores utilizados permite concluir que a Economia Azul constitui um vetor relevante de dinamização econômica nas regiões costeiras da Bahia. Entretanto, os efeitos dessa especialização produtiva variam significativamente entre os

municípios, dependendo da capacidade local de transformar vantagens econômicas em processos sustentáveis de desenvolvimento territorial. Nesse sentido, fatores como infraestrutura, capital humano, articulação institucional e diversificação produtiva desempenham papel fundamental na ampliação dos impactos positivos dessas atividades.

Do ponto de vista científico, este estudo contribui para a literatura ao oferecer uma análise empírica da Economia Azul sob a perspectiva da economia regional, utilizando indicadores de especialização produtiva e efeitos multiplicadores aplicados em escala municipal. Ao integrar a abordagem da Teoria da Base Econômica com indicadores quantitativos de desenvolvimento regional, o trabalho amplia a compreensão sobre o papel das atividades associadas ao ambiente marinho na estrutura produtiva das economias locais.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados indicam a necessidade de estratégias que valorizem as potencialidades econômicas das regiões costeiras, promovendo investimentos em infraestrutura, inovação e qualificação profissional, bem como a articulação entre diferentes cadeias produtivas relacionadas ao turismo, à pesca, à energia e à logística marítima. Tais iniciativas podem contribuir para fortalecer a Economia Azul como um instrumento de desenvolvimento regional sustentável.

Por fim, reconhecem-se algumas limitações deste estudo, especialmente relacionadas ao uso de dados secundários e à ausência de indicadores qualitativos que permitam compreender com maior profundidade as dinâmicas institucionais e sociais associadas ao desenvolvimento costeiro. Nesse sentido, pesquisas futuras podem aprofundar essa agenda investigativa por meio de estudos de caso regionais, análises comparativas entre estados costeiros brasileiros ou pela incorporação de séries temporais que permitam avaliar a evolução da Economia Azul ao longo do tempo.

Referências

ANDRADE, Israel de Oliveira et al. Economia azul e crescimento econômico: o mar brasileiro em perspectiva. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2024. 57 p. il. (Texto para Discussão, n. 3027). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3027-port>

ASSOCIAÇÃO BAIANA DE IMPRENSA – ABI. Conferência da ABI enfatiza papel da imprensa na divulgação de ciência e economia. ABI, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://abi-bahia.org.br/conferencia-da-abi-enfatiza-papel-da-imprensa-na-divulgacao-de-ciencia-e-economia>. Acesso em: 3 maio. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Economia do Mar no Brasil: potencialidades e desafios. Rio de Janeiro: BNDES, 2022.

BOISIER, Sergio. Desenvolvimento territorial e descentralização: o caso chileno. Brasília: CEPAL/IPEA, 2001.

CARVALHO, A. B. Economia do mar: Conceito, Valor e Importância para o Brasil. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Economia do Desenvolvimento, PUCRS, 2018.

COUTINHO, Márcio Silva. Indicadores de desenvolvimento regional: uma proposta de sistematização conceitual e metodológica. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. Economia espacial. São Paulo: Futura, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16366-atlas-geografico-das-zonas-costeiras-e-oceanicas-do-brasil.html>. Acesso em: 9 set. 2025.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, jul. 2010.

LIMA, Jandir Ferrera de. Economia regional: teoria e métodos de análise. 2. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHA DO BRASIL. Economia Azul: Sobre. Marinha do Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/sobre>. Acesso em: 09 out. 2024.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. Input-output analysis : foundations and extensions. 2nd ed. New York: Cambridge University Press, 2009.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972

NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. Handbuch der Dritten Welt. Grundprobleme, Theorien, Strategien. Band 1. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.

NORTH, Douglass C. 1955. Location theory and regional economic growth. Journal of Political Economy, Chicago, v. 63, n. 3, p. 243–258, 1955.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. The Ocean Economy in 2030. Paris: OECD Publishing, 2016.

PERROUX, F. L'économie du XXe siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1955.

POLÈSE, Mario. Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas. Coimbra: APDR, 1998.

POMINOVA, Mariya, Todd Gabe, Andrew Crawley (2021). "The Pitfalls of Using Location Quotients to Identify Clusters and Represent Industry Specialization in Small Regions," International Finance Discussion Papers 1329. Washington: Board of Governors of the Federal Reserve System, <https://doi.org/10.17016/IFDP.2021.1329>

SILVA, Jorge Antonio Santos. Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2004. 480f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

UNRISD. Applicability of indicators of socioeconomic change for development planning. Paris, 1984.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antônio. Desenvolvimento endógeno: conceitos, estratégias e instrumentos. In: FERRÃO, J.; FERREIRA, V. S. (Orgs.). Territórios e desenvolvimento: teoria e política. Lisboa: Celta Editora, 2000. p. 101–128.

WORLD BANK; UN DESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. The potential of the blue economy: increasing long-term benefits of the sustainable use of marine resources for small island developing states and coastal least developed countries. Washington: World Bank; UN DESA, 2017

WWF. Ocean wealth valued at US\$ 24 trillion but sinking fast. WWF, 2015. Disponível em: <https://wwf.panda.org/es/?244970/Ocean-wealth-valued-at-US24-trillion-but-sinking-fast>. Acesso em: 09 out. 2023.